

(Re)existências indígenas no Brasil republicano

Michelle Reis de Macedo¹

Pedro Abelardo de Santana²

Vinícius Alves de Mendonça³

Diferentes populações indígenas compõem um amplo mosaico cultural distribuído em múltiplos territórios localizados nos estados brasileiros. A formação histórica dos grupos étnicos no Nordeste, marcada sobretudo por violências e silenciamentos desde os contatos iniciais com colonizadores ainda no século XVI, esteve associada a processos de resistências e ressignificações, ampliando, principalmente nos séculos XX e XXI, conexões históricas e políticas entre indígenas (re)existentes em vários contextos situacionais no Brasil contemporâneo.

Desse modo, este Dossiê socializa (re)existências indígenas nas experiências republicanas brasileiras, estas iniciadas nos conturbados movimentos políticos na transição para o século XX e posteriormente interrompidas por autoritarismos sucessivos até a redemocratização simbolizada na Constituição de 1988. Portanto, temáticas recorrentes em discussões como violências, decolonialidade, resistências, educação escolar, silenciamentos, redes de relações, mobilizações, direitos, territórios, saúde e outras semelhantes se encontram distribuídas nos trabalhos publicados, promovendo, através da Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô, um âmbito científico de difusão de pesquisas realizadas em diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais, sensíveis a populações historicamente marginalizadas, mas resistentes e, atualmente, protagonistas.

A estruturação do Dossiê se desenvolveu por meio de proveitosas vivências no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Instituição. E-mail: michelle.macedo@ichca.ufal.br.

² Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Instituição. E-mail: pedro.santana@delmiro.ufal.br.

³ Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC/AL) e vice-coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História indígena de Alagoas da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: viniciusalvesmendonca@hotmail.com.

no Grupo de Pesquisas em História Indígena no Brasil Republicano (GPHI-BR), vinculado a essa Instituição; e, sobretudo, no Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), associado à Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Esses âmbitos, referências em relação a pesquisas acerca de populações indígenas em Alagoas, possibilitaram a conexão de pesquisadores e o intercâmbio de experiências de modo a concretizar a proposta de publicação e outras produções acadêmicas difundidas na forma de livros, artigos e publicações semelhantes. Assim, buscamos agregar diferentes ângulos de (re)existências indígenas no período republicano, privilegiando protagonismos indígenas em diferentes contextos situacionais distribuídos em Alagoas, Amazonas, Bahia e Pernambuco.

O primeiro trabalho publicado no Dossiê, cuja autoria é de Edson Silva, Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trata-se de uma escrita biográfica sobre Clóvis Antunes, importante antropólogo e professor da UFAL que elaborou diversos relatórios antropológicos em Alagoas ao longo do século XX. O autor enfatizou aspectos como a necessidade de mensurar a importância de Clóvis Antunes para a história de populações Xukuru-Kariri, Wassu Cocal e Tingui Botó, além de legados desse para estudos dos povos indígenas no estado, especialmente após seu falecimento em maio de 2024.

O segundo texto, de autoria de Carolina Alvim Santos, pesquisadora vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresenta análises de mobilizações indígenas contrárias ao Marco Temporal – intensamente debatido nos últimos anos no Brasil em razão dos impactos políticos, jurídicos e sociais – segundo Edward Palmer Thompson. A tese “domínio da lei” se configurou enquanto ponto de partida da discussão que pormenorizou protagonismos indígenas e direitos constitucionais previstos na Carta de 1988, criticando perspectivas contrárias aos povos originários.

Na terceira produção, infâncias indígenas foram contempladas através do relato de experiência de Huetçãwan Tavares da Silva, indígena Xukuru-Kariri e discente no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas (CLIND), promovido pela UNEAL. O autor descreveu memórias sobre a aldeia Mata da Cafurna e demais características do território tradicional localizado no município de Palmeira dos Índios, interior de Alagoas. Analisou a forma que a educação cotidiana permeada por ensinamentos tradicionais representou, portanto, um elemento basilar na resistência e existência cultural da comunidade.

De autoria de Igor Amarante da Silva, Professor da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE), o quarto artigo promove uma relevante discussão relacionada a

abordagens da temática indígena no ensino de História na rede municipal de Cabo de Santo Agostinho-PE, perpassando também análises de presenças indígenas em contextos urbanos. Além disso, o autor se utilizou de currículos e materiais didáticos destinados ao Ensino Fundamental enquanto subsídios históricos pedagógicos.

A política pública de saúde diferenciada direcionada a populações originárias orientou o quinto texto elaborado por Enna Maria Oliveira Pinheiro, graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e Adelson Fernando da Costa, Professor adjunto da UFAM. Nesse exploraram ações ocorridas na Casa de Saúde Indígena de Parintins (CASAI/PIN) no sentido de identificar características da denominada atenção diferenciada, prevista em legislações diversas. Diferentes questionamentos balizaram a pesquisa de modo a compreender a maneira que, apesar dos avanços, ainda são necessárias práticas inclusivas e diferenciadas em determinados contextos.

O sexto artigo, cuja autoria pertence a Allan dos Santos, Professor da Secretaria Municipal de Educação e Maceió (SEMED), e Rosa de Lima Medeiros Neta, Professora assistente da UNEAL, propõe um estudo do perfil de estudantes dos cursos de licenciatura interculturais indígenas do Polo Sertão, atrelado ao CLIND, promovido pela UNEAL. Assim, a Estatística, campo interdisciplinar entre ciências humanas e exatas, converteu-se em ferramenta teórica e também prática na identificação de aspectos do ambiente educacional relevantes à construção de identidades docentes de indígenas e, conseqüentemente, suas formações profissionais.

Resultado de uma investigação coletiva executada por Marília Moura, Eduardo Vivian da Cunha e Mariana Santos Diniz, o sétimo texto se utiliza da realidade social de indígenas Truká do município de Cabrobó, interior de Pernambuco, para ensaiar sentidos da pesquisa científica através de métodos participativos. Trata-se de uma relevante iniciativa de evidenciar benefícios e desafios na prática de metodologias participativas entre comunidades tradicionais, destrinchando etapas e intersecções de saberes, característica comum ao processo de estudo junto a populações originárias.

O oitavo artigo, escrito por Adriane Aparecida de Souza Mahl Magaroti e Rosana Iriani Daza de Garcia, ambas pesquisadoras associadas à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), delinea uma investigação da literatura nativa da mulher Guarani Mbya através de experiências de Jera Giselda, relevante educadora e liderança indígena daquele grupo étnico.

As autoras buscaram, então, discriminar elementos do universo sociocultural indígena e desafios que escritas de populações tradicionais encontram na atualidade.

Último dos trabalhos publicados, o nono artigo foi elaborado por Mariana Albuquerque Dantas, Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pedro Lucas Souza Fradique, pesquisador associado à UFPE, e versa sobre a participação de indígenas da região Nordeste na Guerra do Paraguai. Os autores sintetizam diferentes narrativas de indígenas Guarani, Kadiwéu, Kaiowá, Wassu-Cocal e de outros diversos numa análise sistemática do conflito, esclarecendo motivações para tais participações, recrutamentos e outros processo atrelados na segunda metade do século XIX e períodos posteriores, uma vez que tais eventos se mantiveram presentes em narrativas interétnicas, inclusive na atualidade.

Portanto, conforme enunciado no início da apresentação, o conjunto de escritas, apesar dos diferentes contextos situacionais abordados, tendem a contribuir para uma espécie de mosaico histórico, cultural e político de diversas populações indígenas do Brasil na República. O objetivo comum a todas, conseqüentemente, é ampliar o protagonismo indígena e problematizar relacionamentos com personagens vinculados à sociedade não indígena, responsável por discriminações em determinadas circunstâncias, e ao próprio Estado Nacional, omissivo e/ou fomentador de políticas assimilacionistas, sobretudo durante o século XX. A constituição de 1988 e a redemocratização republicana, apesar dos percalços, implicaram a institucionalização de parte das reivindicações do coletivo de povos representados no movimento indígena, ainda que a implementação de direitos fundamentais permaneça, infelizmente, em constante tensão.